

**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU
ESPECIALIZAÇÃO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS**

A experiência com o PROUNI: um olhar da instituição
comunitária a partir da coordenação de bolsas e auxílios da
PUC-Rio

**Por:
Andréa Mendonça Paiva**

Orientadora: Prof.^a Dr.^aValéria Pereira Bastos



Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro



Andréa Mendonça Paiva

A experiência com o PROUNI: um olhar da
instituição comunitária a partir da coordenação de
bolsas e auxílios da PUC-Rio

Artigo Científico apresentado ao Programa de Pós-
Graduação em Assistência Social e Direitos Humanos da
PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Assistência Social e Direitos Humanos

Orientadora: Prof.^a Dr.^aValéria Pereira Bastos

Coordenação Central de Extensão

**Curso de Especialização em Assistência Social e
Direitos Humanos**

Rio De Janeiro
Fevereiro de 2017

CCE
COORDENAÇÃO
CENTRAL DE
EXTENSÃO

A experiência com o PROUNI: um olhar da instituição comunitária a partir da coordenação de bolsas e auxílios da PUC-Rio

*Andréa Mendonça Paiva*¹

RESUMO

Este artigo pretende apresentar um retrato da evolução da presença do Programa Universidade para Todos – PROUNI na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), fundamentando-se a partir das ações desenvolvidas pela Coordenação de Bolsas e Auxílios da Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários. Identificando desde a sua implantação quais são os mecanismos pertinentes de desenvolvimento dessa “política pública de inclusão acadêmica e social”, e levando-se em consideração o perfil socioeconômico e a ocupação das vagas disponíveis nos diversos cursos de Graduação. Nossa inspiração prende-se ao fato de que a PUC-Rio desde os anos 90 já vinha desenvolvendo uma política interna de inclusão social, estabelecendo uma parceria com os Pré-Vestibulares Comunitários existentes no Grande Rio, e com isso, inaugurando a Bolsa Ação Social da PUC-Rio. Portanto, esta experiência com o perfil do aluno de Bolsas Sociais facilitou a adesão ao PROUNI a partir de 2004. E neste sentido, numa perspectiva crítica, este trabalho pretende examinar por meio de revisão bibliográfica, análise documental e dados estatísticos, a contribuição dessa política pública no que se refere à garantia dos direitos sociais e a diminuição das desigualdades educacionais no Brasil.

Palavras-chave: Política Social, Inclusão Social, Ensino Superior e PROUNI.

ABSTRACT

This article aims to present a picture of the evolution of the University for All Program (PROUNI) at the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro (PUC-Rio), based on the actions developed by the Coordination of Scholarships and Aid of the Vice Rectorate For Community Affairs. Identifying from its implantation in systems of development of a "public policy of academic and social inclusion", taking into account the socioeconomic profile and occupation of the vacancies available in the several Undergraduate courses. Our inspiration is that PUC-Rio since the 90's had been developing an internal policy of social inclusion, maintaining a partnership with the Community Pre-Vestibular existing in Greater Rio, and with this, inaugurating a Bolsa Ação Social From PUC-Rio. Therefore, this experience with the profile of the student of Social Scholarships to facilitate

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1989), Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1995), na qual atua na coordenação de Serviço Social do Gabinete da Vice Reitoria para Assuntos Comunitários. Contato: ampaiva@puc-rio.br.

the adherence to PROUNI from 2004. This is a concept, a critical perspective, a research work on the means of bibliographic review, documentary analysis and statistical data, a Contribution of public policy regarding the guarantee of social rights and reduction of educational inequalities in Brazil.

Keywords: Social Policy, Social Inclusion, Higher Education and PROUNI.

Introdução

A sociedade brasileira caracteriza-se, historicamente, pela desigualdade e exclusão social. De acordo com Iamamoto (1995), no campo da Política Social, observa-se a descontinuidade de investimento público no enfrentamento das questões sociais nos diversos períodos históricos, alternando avanços e retrocessos em termos dos direitos civis, políticos e sociais, conforme Carvalho (2003). Referindo-se a formação social brasileira marcada pela colonização portuguesa o mesmo autor, cita:

Em três séculos de colonização (1500-1822), os portugueses tinham construído um enorme país dotado de unidade territorial, linguística, cultural e religiosa. Mas tinha também deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista (CARVALHO, 2003, p. 17-18).

A construção social no Brasil ainda trilha caminhos muito difíceis para uma garantia efetiva de direitos sociais universais, apesar de ter conquistado, a duras penas, a democracia. Apesar de um passado de regimes ditatoriais com índices irregulares de desenvolvimento, a nação brasileira reage através de lutas sociais muito intensas, sendo a década de 1980 marcada por uma efervescência social que culmina na promulgação da Constituição de 1988. Esse momento nacional traz um lampejo de esperança de que finalmente haveria um investimento contínuo na área social para que, de fato, a população em geral fosse atendida em suas necessidades básicas para viver com dignidade. Por um lado, é possível reconhecer avanços no campo social. Por outro lado, nos governos que se seguiram, observam-se práticas conservadoras que não garantiram os avanços sociais presentes na legislação cidadã, de maneira continuada.

A Constituição de 1988 aglutina e materializa a necessidade do reconhecimento das demandas das camadas minoritárias da sociedade, determinando legislações específicas para a continuidade da efetivação dos direitos. Apesar desse avanço importante, nos processos das disputas políticas entre sociedade civil organizada e estado, os sucessivos governos confirmam a dinâmica de períodos com avanços descontínuos dos direitos civis, políticos e sociais, dificultando o exercício pleno da cidadania brasileira.

No que se refere à Assistência, têm-se um longo caminho até a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)² em 2005. Na realidade a luta social pela construção de um sistema descentralizado e participativo se inicia na agenda Constituinte de 1987, passando pelo processo de regulamentação da Constituição de 1988 no início da década de 90, para ser aprovado somente em dezembro de 2003 na IV Conferência Nacional de Assistência Social. Essa demora histórica se justifica pelos interesses e contradições que atravessam os processos de garantia de direitos no Brasil. Apesar de toda realidade neoliberal desse período, esse Sistema foi construído, buscando o rompimento do paradigma da caridade, para a construção de um novo entendimento pautado na garantia universal de direitos sociais que são de responsabilidade do estado brasileiro, conforme já indicava a Constituição Federal de 1988. O SUAS, apresentado na Política Nacional Assistência Social (PNAS-2004) e regulamentado na Lei 12.435 de 2011, consolida para o campo social uma nova perspectiva de intervenção para o controle, monitoramento, avaliação e gestão da Assistência como política pública. Assim, para Sposati (2009):

A assistência social, como toda política social, é um campo de forças entre concepções, interesses, perspectivas, tradições. Seu processo de efetivação como política de direitos não escapa do movimento histórico entre as relações de forças sociais. Portanto, é fundamental a compreensão do conteúdo possível dessa área e de suas implicações no processo civilizatório da sociedade brasileira. (SPOSATI, 2009, p. 15)

Percebe-se que, apesar de ainda faltar muito para que todos os brasileiros tenham seus direitos básicos garantidos, a assistência social se consolidou através da LOAS que estabelece um olhar de proteção social e não mais de atendimentos pontuais na direção da filantropia. De acordo com Jaccoud (2009), a proteção social se configura como no contexto das políticas sociais que:

Fazem parte de um conjunto de iniciativas públicas com o objetivo de realizar fora da esfera privada o acesso a bens, serviços, e renda. Seus objetivos são amplos e complexos, podendo organizar-se não apenas para a cobertura de riscos sociais, mas também para a equalização de oportunidades, o enfrentamento das situações de destituição e pobreza, o combate às desigualdades sociais e a melhoria das condições sociais da população (JACCOUD, 2009, p. 60)

As contradições da área social existentes num país de frágil democracia, que deveria assegurar para todos os direitos sociais básicos, se justificam pelo enquadramento

² A Política Nacional Assistência Social se estrutura, então a partir dos seguintes eixos norteadores: 1) Matricialidade Sociofamiliar, 2) Descentralização político-administrativa e territorial 3) Novas bases para a relação Estado Sociedade Civil 4) Financiamento 5) Controle Social 6) Política de Recursos Humanos 7) A informação o Monitoramento e a Avaliação.

do Brasil no contexto neoliberal internacional, que direciona as estratégias de gestão da pobreza, pelas múltiplas determinações da correlação de forças entre capital financeiro e as demandas de melhorias das condições de vida da população em geral apresentadas pelas diversas formas de organização existentes na sociedade civil.

Na perspectiva de Netto (2001) no capitalismo monopolista, a preservação e o controle da força de trabalho, ocupado e excedente, é função estatal de primeira ordem e o faz mediante os sistemas de previdência e segurança social. Nessas condições as expressões da questão social tornam-se objeto de uma intervenção social contínua do Estado. As políticas sociais são resultantes da complexa luta de interesses do Estado e da Sociedade, dependendo as conquistas do grau de mobilização e organização da classe trabalhadora.

Na lógica capitalista percebe-se que a Educação sofre uma mercantilização e assume uma função que retroalimenta, na maioria das vezes, o capitalismo, impedindo a emancipação e autonomia humana, na medida em que o Estado não garante uma educação permanente e de qualidade para todos, conforme acena Mészáros (2008).

No caso do direito a Educação no Brasil, o tratamento não é diferente das outras áreas sociais, permanecendo a desigualdade no acesso a uma educação de qualidade. Entende-se que a Educação é um bem social precioso no processo de formação integral dos cidadãos onde, na medida em que o Estado cumpre seu papel garantidor desse direito para todos, contribuirá para a formação de uma população preparada tecnicamente para o mercado de trabalho, mas também para o exercício da cidadania em todas as suas dimensões. Quando esse direito não é efetivamente garantido, desde a educação fundamental, o resultado é preocupante, pois se cria um contingente populacional sem qualificação adequada para ocupar as vagas disponíveis no mercado de trabalho, ampliando, cada vez mais o mercado informal, onde predomina a lei do “salve-se quem puder”, já que prevalece o individualismo, em detrimento da organização coletiva dos trabalhadores, o que parece alimentar um ciclo perverso de exclusão naturalizado no sistema capitalista de produção.

Para Gadotti (2013) a qualidade na Educação pode ser percebida, quando além de se ter professores valorizados e estrutura material adequada, há também investimentos concretos em saúde, transporte, lazer, cultura alimentação, esporte, conforme as demandas apresentadas. Visando a qualidade sociocultural na Educação, a partir do conhecimento das necessidades dos alunos. O autor indica ainda: “É preciso matricular o

projeto de vida desses novos alunos numa perspectiva ética, estética e ecopedagógica.” (GADOTTI, 2013, p. 4).

No que diz respeito ao ensino superior, identifica-se na década de 90 o aumento das Universidades no setor privado, impulsionado pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação promulgada em 1996 (Lei 9.394/96) que flexibilizou diversos aspectos da organização universitária oferecendo maior autonomia para a criação de centros universitários, bem como menor exigência de titulação do corpo docente e disponibilizando cursos tecnológicos direcionados as demandas de mercado, distanciando-se no tripé da ação universitária pautada no Ensino, Pesquisa e Extensão.

As considerações acima têm o objetivo apenas de contextualizar brevemente a Assistência Social e a Educação, não tendo a intenção de analisar em profundidade a situação geral dessas duas áreas no Brasil contemporâneo.

O Compromisso histórico da PUC-Rio com alunos desfavorecidos economicamente

A PUC-Rio foi criada em 1941, inicialmente denominada Faculdades Católicas, sendo intitulada Pontifícia em 1947 por Decreto da Santa Sé e confiada aos Jesuítas sua administração central. Os Jesuítas dedicam-se ao setor de Educação em seus diversos níveis e destacam-se na gestão de importantes universidades no mundo. A Companhia de Jesus no Brasil destaca-se pelo serviço nessa área, tanto na educação formal, como na educação popular pautada pela “Opção preferencial pelos pobres”, conceito desenvolvido a partir do Concílio Vaticano II que para a América Latina tornou-se a gênese da Teologia da Libertação, com explícito compromisso social no desenvolvimento de suas atividades pastorais, segundo Andrade (1993) e Paiva (1996).

A partir de 1960 a PUC-Rio inicia seus investimentos para contratação de um quadro permanente de professores com dedicação exclusiva e a construção de laboratórios de pesquisa. Assim, constrói as bases de uma Universidade de excelência acadêmica, o status que lhe é conferida, atualmente. Em 2014, a PUC-Rio obtém o título de Universidade Comunitária, equiparando-se em diversos aspectos às melhores universidades públicas brasileiras, no tocante ao seu compromisso de inclusão social.

Conforme seu Marco Referencial, no que diz respeito à formação integral dos alunos, a PUC-Rio destaca-se por ser uma entidade privada, com caráter comunitário.

A formação de profissionais competentes, habilitados ao pleno desempenho de suas funções, com sentido de responsabilidade e participação;

A inserção na realidade brasileira, colocando a ciência a serviço da comunidade e orientando suas atividades para a edificação de um mundo melhor, de acordo com as exigências da Justiça e do Amor (PUC-Rio, 2001, p. 16)

Intensifica-se, a partir de 1994, segundo Salvador (2008) a visibilidade do compromisso de inclusão social da PUC-Rio através de uma política de ação afirmativa, com o objetivo de favorecer o acesso de camadas populares da Região Metropolitana do Rio de Janeiro aos cursos de graduação. Esses estudantes organizavam-se a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), podendo ser caracterizado como um exemplo de um dos tipos dos novos movimentos sociais, que ampliaram suas agendas de lutas nas décadas de 1980 e 1990 para as políticas de reconhecimento das peculiaridades de diversos segmentos sociais.

Nesse contexto, cria-se, então, na Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários a Bolsa denominada Ação Social para o atendimento aos candidatos aprovados no Vestibular, mediante carta de apresentação do Pré-Vestibular Comunitário e, posterior entrevista junto a Coordenação de Bolsas e Auxílios.

Assim, percebe-se uma mobilização da comunidade universitária no conhecimento das necessidades cotidianas que descortinava a falta de condições objetivas de conclusão dos cursos de graduação por parte desse novo perfil de aluno ingressante. Essa percepção torna-se mais determinante, a partir de 1994 e culmina com a criação de um fundo emergencial que estrutura esse apoio material.

Diante das dificuldades vivenciadas no cotidiano da Universidade por esse grupo de bolsistas, a Pastoral Universitária motivou alunos, professores e funcionários que se solidarizaram com essa realidade, sendo criado em 1997 o Fundo Emergencial de Solidariedade da PUC-Rio – FESP, para o apoio direto com alimentação e transporte, conforme Rodrigues (2008). Em 2016, 1.234 alunos bolsistas comunitários (beneficiados com bolsas do tipo Filantrópica e PROUNI) foram atendidos pelo FESP.

Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários: o lugar do acolhimento das diferenças e a presença do Serviço Social

A Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários (VRC) foi criada em 1967, quando a direção da PUC-Rio passou a ser integrada pelo Grão-chanceler (Cardeal Arcebispo da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro), pelo Reitor e por Vice-Reitores nas áreas administrativa, acadêmica e comunitária. A VRC integra suas atividades no sentido de cumprir a missão comunitária da PUC-Rio orientando e coordenando atividades, espaços e serviços com objetivo de valorizar o ser humano e promover o seu desenvolvimento integral. O Anuário desse mesmo ano indica, de acordo com Milman (1993), que a VRC deve organizar:

Assistência ao Estudante – Bolsas de Estudo: A Universidade Católica desejando manter abertas suas portas também para os estudantes dotados de menores posses concede bolsas de estudo, ou seja, isenção de pagamento, total ou parcial da anuidade... (Anuário da Pontifícia Universidade Católica, apud MILMAN, 1993, p. 60).

Ainda segundo Milman (1993), o Programa de Bolsas e Auxílios da Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários lotado na Coordenação de Bolsas e Auxílios existe desde a década de 70, desenvolvendo-se, conforme as demandas institucionais e socioeconômicas do Brasil e, especificamente, do Rio de Janeiro, sempre se pautando pelo critério de “igualdade de oportunidades” para calouros e veteranos. Esforços diferenciados são desenvolvidos na esfera comunitária, com o propósito de aprimorar o atendimento às demandas advindas das mudanças no cenário da educação de nível superior. Vale ressaltar que somente em 1971 houve, pela primeira vez, a solicitação de um profissional de Serviço Social para o atendimento aos bolsistas e a partir de 1973 começam a serem divulgados, ainda de maneira incipiente, os quantitativos de alunos atendidos com bolsas da VRC.

Com a experiência de intervenção direta na recepção e convivência cotidiana com os bolsistas classificados em diferentes categorias pela instituição, a Coordenação de Bolsas e Auxílios através da equipe de Serviço Social, atualmente composta por 7 assistentes sociais, tem a oportunidade de desenvolver mecanismos de trabalho com foco na criação de uma rede de apoio interno e externo, contribuindo para que esses bolsistas possam realizar o sonho de graduar-se em uma instituição de qualidade como a PUC-Rio.

Para tanto, essa equipe organizava-se através das Avaliações Socioeconômicas dos processos seletivos de bolsas para calouros e veteranos, plantões sociais para o atendimento dos alunos e familiares no sentido de acompanhar a trajetória universitária

que apresentava desafios que demandavam monitoramento e encaminhamentos de diversos tipos, avaliação semestral do desempenho acadêmico para uma adequada adaptação à rotina de estudos universitários e seleção específica para inclusão nos benefícios do FESP, no intuito de disponibilizar condições objetivas de permanência na Universidade.

A experiência desse setor informa que o apoio para transporte é fundamental para a permanência dos bolsistas integrais, já que uma parcela significativa reside na Baixada Fluminense, não podendo usufruir do Passe Livre Universitário, que alcança somente universitários domiciliados no âmbito municipal.

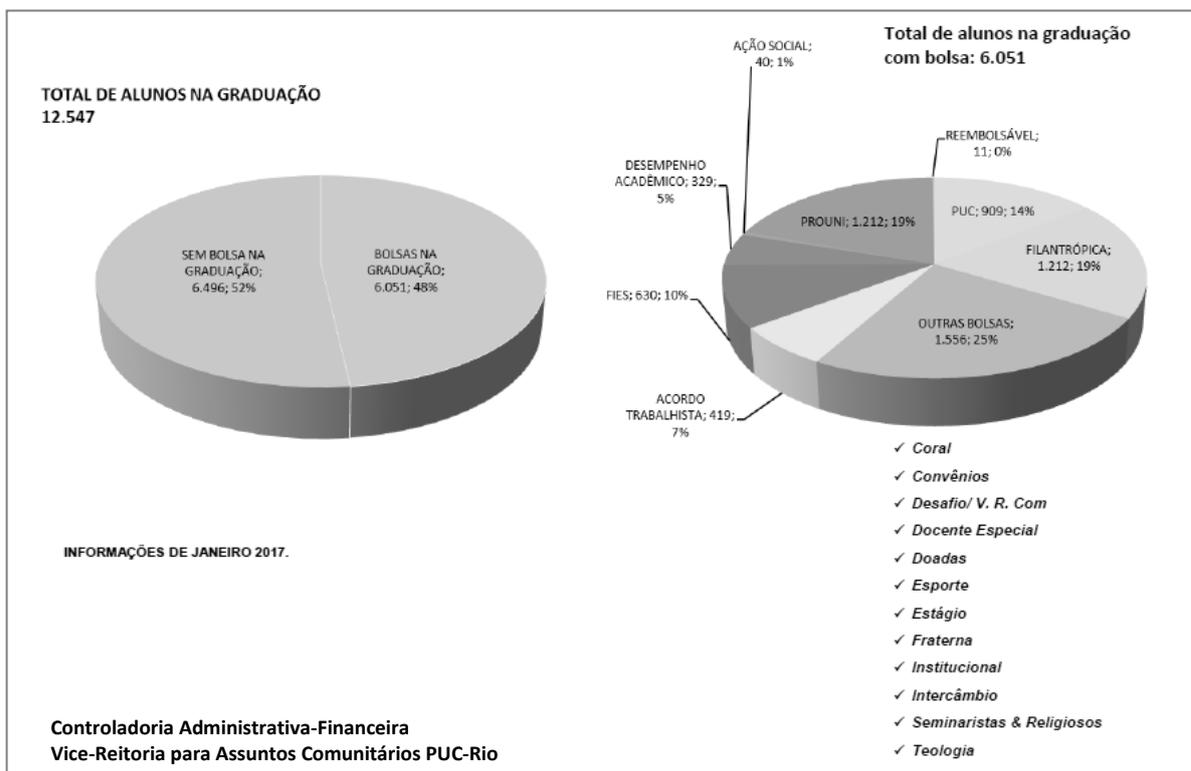
A renovação das bolsas é realizada pela CBA, semestralmente, com base na Avaliação dos Históricos Acadêmicos. Para os alunos que atingem 75% de aproveitamento acadêmico nas disciplinas cursadas, as bolsas do tipo Filantrópica, PUC e PROUNI são renovadas automaticamente. Para os estudantes que não atingem esse percentual de aproveitamento, de maneira pedagógica e preventiva, eles participam de reuniões e atendimentos individuais, onde junto com a assistente social constrói um plano de ação que o impulse para a recuperação acadêmica no próximo semestre, tendo a bolsa suspensa, temporariamente.

Nesse sentido, é fundamental o trabalho integrado entre CBA e FESP, pois a dificuldade acadêmica pode revelar as necessidades objetivas e subjetivas deste perfil estudantil que vem sendo marcado, ao longo da vida, pela desigualdade social no acesso a Direitos Sociais básicos.

Especificamente, aos “prounistas”, o apoio pode ir além desse monitoramento personalizado. Em alguns casos, quando os obstáculos acadêmicos levam o aluno a utilizar o tempo máximo de conclusão com a bolsa do PROUNI e identifica-se o potencial de conclusão e a extensão de apoio necessário, é analisada a possibilidade de migração para a Bolsa Filantrópica, que faz parte do quadro de bolsas institucionais da PUC-Rio. Com essa iniciativa, um estudante que não teria condição de concluir sua graduação, exclusivamente, com o PROUNI, consegue, tendo em vista o oferecimento de outro tipo de bolsa por parte da PUC-Rio.

Numa análise inicial, a partir de dados informacionais sobre o acesso de alunos ao sistema de bolsas da PUC-Rio, identifica-se sua diversidade, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 1: Dados Estatísticos de Bolsas de Estudo PUC-Rio



Fonte: PUC-Rio, Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários, Controladoria Administrativa-Financeira / Sistema de Gerência Universitário.

Observa-se então, que do universo de alunos matriculados em janeiro de 2017 (12.547), 48% (6.051) possui algum tipo de bolsa e 52% (6.496) encontra-se sem bolsa. Sabe-se que por ser uma entidade filantrópica e comunitária, com incentivo governamental, a PUC-Rio precisa mesmo investir parte de seus recursos financeiros em bolsas. É evidente também o compromisso institucional em manter uma estrutura física adequada às exigências do Ministério da Educação e Cultura para as diversas áreas de conhecimento existentes, tanto na graduação quanto na pós-graduação.

Em números absolutos, em janeiro de 2017 têm-se com bolsas do PROUNI 1.212 alunos matriculados nos diversos cursos de graduação, o que representa 19% do total de bolsas concedidas.

A partir de 2005, com a efetiva recepção de bolsista do PROUNI, a Bolsa Ação Social tem sido gradativamente substituída pela Bolsa PROUNI e também pela Bolsa Filantrópica, que aglutinam o alunado com perfil de vulnerabilidade social, atualmente na PUC-Rio. Observa-se ainda no quadro acima, o indicativo de 1% (40) de Bolsa Ação, em

contraposição as Bolsas do PROUNI que apresentam 19% (1.212) do total de bolsas disponibilizadas pela instituição.

Com base nesses dados de consulta interna, pode parecer insignificante numericamente falando o montante de alunos bolsistas, se comparado ao universo de brasileiros excluídos do ensino superior, mas cabe pensar no significado e alcance dessa conquista pessoal do aluno matriculado com bolsa, que conclui sua graduação.³

A experiência de contato direto com esse perfil estudantil, apresenta-se como um desafio para a PUC-Rio como um todo, pois sua clientela habitual, até então, tinha um perfil de classe média e alta, com demandas diversas a desses “novos” bolsistas.

PROUNI e a PUC-Rio: a continuidade de uma política de ação afirmativa.

O Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em 2001 estabeleceu metas para expansão do ensino superior, integrando um conjunto de ações visando à inclusão das minorias para o atendimento das metas internacionais de investimentos para a área. No caso da população com faixa etária de 18 a 24 anos foi estabelecida uma meta de 30% de inclusão até 2010. No contexto dessa organização governamental, institucionaliza-se o Programa Universidade para Todos – PROUNI, através da Lei nº 11.096/2005 de 13/1/2005 e do Decreto nº 5.493 de 18/7/2005. Segundo consulta ao site do MEC em 14/01/2017, até 2016 esse programa atendeu 1,9 milhão de estudantes no território nacional. Para o Rio de Janeiro no segundo semestre de 2016 foram oferecidas um total de 5.762 bolsas integrais e parciais.

O público alvo a que se destina o programa é o estudante brasileiro que ainda não tenha ingressado no Ensino Superior, que tenha cursado o Ensino Médio integralmente em escola pública, ou em instituição privada como bolsista integral, seja pessoa com deficiência, seja professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica do quadro principal da instituição pública.

De acordo com Faceira (2009) o PROUNI caracteriza-se como uma política pública de inclusão social com dimensões macro, meso e microsocial. Em se tratando da implantação do PROUNI na PUC-Rio, no período de 2005 a 2009, ela indica uma divisão

³ Para conferir dados sobre a melhoria nas condições sociais dos alunos beneficiados pela Bolsa Ação Social, especificamente, consultar Salvador (2008).

mais democrática das vagas nos cursos de graduação. Também destaca o entendimento dos bolsistas entrevistados, no que se refere ao papel decisivo do programa para seu ingresso na Universidade, assim como a certeza de uma melhor qualificação para sua inserção no mercado de trabalho.

Para a organização da recepção dos candidatos e monitoramento do programa, em cada Instituição de Ensino Superior (IES) é criada uma Comissão responsável pelo PROUNI. No caso específico da PUC-Rio essa Comissão conta com o apoio direto da equipe de Serviço Social da VRC, que se faz presente em cada processo seletivo, na recepção dos candidatos, através da confirmação do perfil socioeconômico, bem como no monitoramento através dos Módulos de Supervisão determinados pelo MEC, como forma de acompanhamento da permanência do perfil socioeconômico dos alunos beneficiados pelo PROUNI. Além do acompanhamento social ao longo de toda a graduação

De uma maneira geral, pode-se dizer que há uma cultura de acolhimento desses alunos, que vem conquistando, gradativamente as vagas oferecidas nos diversos cursos de graduação da PUC-Rio. Há iniciativas de apoio localizadas nos departamentos e em outras instâncias da Universidade, como por exemplo, o Núcleo de Estudos e Ação sobre o Menor (NEAM) que disponibiliza bolsas de estudo integrais através de parceria com a Cultura inglesa. Em 2016 o NEAM disponibilizou 20 bolsas integrais, incluindo material didático para os bolsistas do PROUNI.

Assim, a partir da experiência de inclusão social iniciada na década de 90, a PUC-Rio disponibiliza aos alunos “prounistas” a mesma estrutura de oferecimento de serviços internos de apoio para que os alunos consigam concluir sua graduação com o máximo de qualidade possível. Nesta área destaca-se na Engenharia, no Ciclo Básico, um setor de Orientação Psicopedagógica específica para os cursos de Engenharia e o Núcleo de Orientação Psicopedagógica (NOAP) do departamento de Educação que atende os alunos dos diversos cursos no processo de organização e adaptação para o adequado desenvolvimento da rotina universitária de estudos. A partir do segundo semestre de 2015 cria-se na PUC-Rio a Rede de Apoio ao Estudante (RAE), integrando, além dos serviços já citados, o Núcleo de Apoio aos Portadores de Deficiências (NAIPD). Assim, observa-se a necessidade de trabalho interdisciplinar para que os alunos, bolsistas ou não, tenham atendidas suas peculiaridades, numa perspectiva inclusiva e de promoção de sua autonomia no enfrentamento das questões universitárias.

No âmbito da Coordenação de Bolsas e Auxílios há um esforço de trabalho interdisciplinar das assistentes sociais para orientação e encaminhamentos a serviços de atendimentos diversos, levando em consideração a região de moradia e qualidade dos serviços ofertados, principalmente, pela Rede Pública que às vezes a população não acessa por desconhecimento. Procura-se desta maneira um fluxo de trabalho de construção de uma Rede Externa para o atendimento das necessidades apresentadas.

A seguir, encontra-se um panorama do número de bolsista do PROUNI por curso. Os dados referem-se a junho de 2015.

Quadro1: Dados Estatísticos das Bolsas PROUNI por Cursos de Graduação

CENTRO	CURSO	Total de Alunos Matriculados	Bolsa PROUNI	
			Percentual	Total de Alunos Bolsistas
CCS	ADM ADMINISTRAÇÃO	1.069	100	122
INTER	ARQ ARQUITETURA E URBANISMO	1	50	1
INTER	ARQ ARQUITETURA E URBANISMO	593	100	51
CTCH	ACN ARTES CENICAS	56	100	10
CTC	CCP CIENCIA DA COMPUTACAO	128	100	15
CCBM	BIO CIENCIAS BIOLÓGICAS	118	100	18
CCS	CEC CIENCIAS ECONOMICAS (ECONOMIA)	477	100	29
CCS	CSC CIENCIAS SOCIAIS (SOCIOLOGIA)	103	100	18
CCS	COM COMUNICACAO SOCIAL	1.948	100	176
CTCH	CDI DESENHO INDUSTRIAL	1.321	100	135
CCS	CDD DIREITO	1.525	100	133
CTCH	CEG ENGENHARIA	3.246	100	262
CTCH	CFL / CFE FILOSOFIA	135	100	5
CTC	CFS FISICA	18	100	1
CCS	CGG GEOGRAFIA	123	100	17
CCS	CHS HISTORIA	132	100	14
CCS	HED HISTORIA (CURSO A DISTANCIA)			
CTCH	CLT LETRAS	218	100	22
CTC	CMM MATEMATICA	15	-	-
CTCH	CPD PEDAGOGIA	98	100	23
CTCH	GME PRODUCAO E GESTAO DE MIDIAS EM EDUCACAO			
CTCH	CPS PSICOLOGIA	696	100	44
CTC	CQM QUIMICA	23	100	2
CCS	RIT RELACOES INTERNACIONAIS	475	100	38
CCS	CSS SERVIÇO SOCIAL	114	100	5
CTC	CSI SISTEMAS DE INFORMACAO	91	100	16
CTCH	CPT / CTL TEOLOGIA	156	100	3
		12,632		1,141

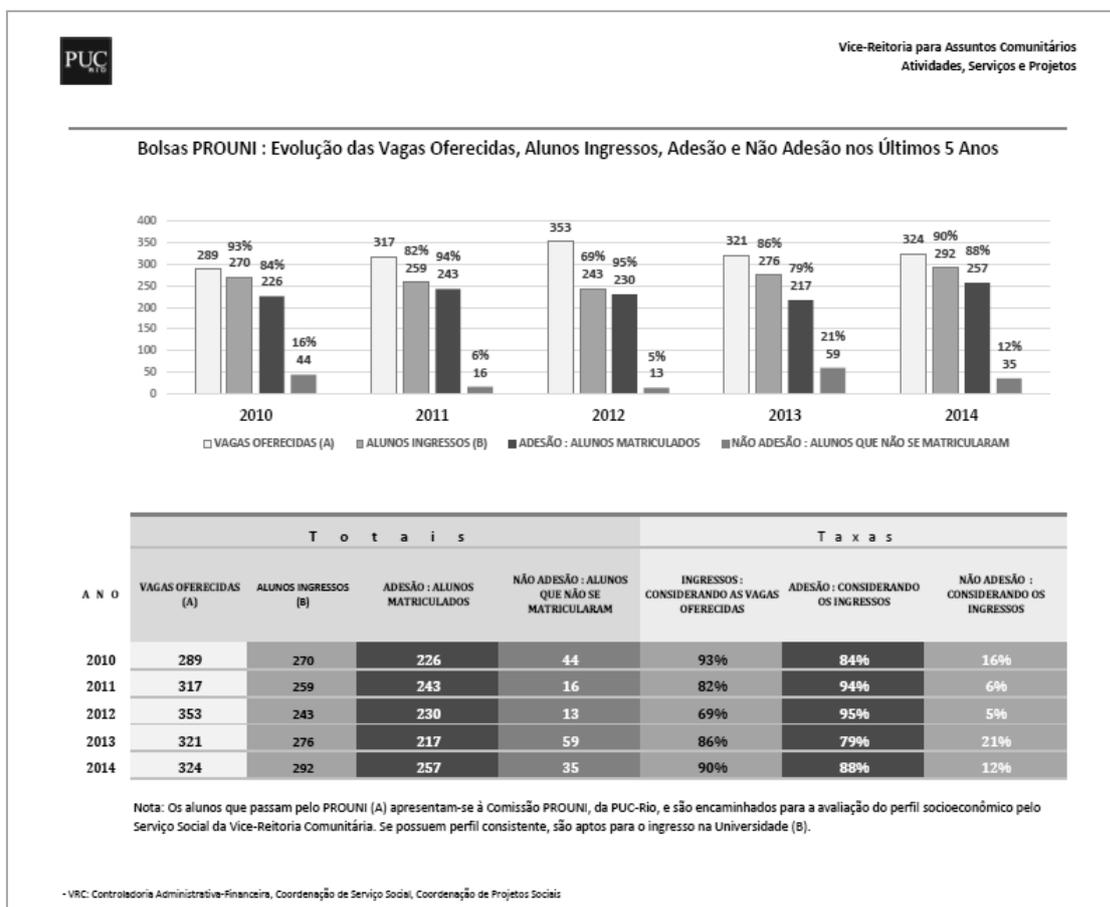
- VIC: Controladoria Administrativa-Financeira, Coordenação de Serviço Social, Coordenação de Projetos Sociais

Fonte: PUC-Rio, Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários, Controladoria Administrativa-Financeira / Sistema de Gerência Universitário.

Nesse sentido, pode-se dizer que as vagas oferecidas pelo PROUNI estão dispostas nos mais variados cursos, seja na área das Ciências Exatas, sejam nas Ciências Humanas e Sociais. Para avançar criticamente na análise sobre a efetividade desse programa governamental, há que se investir no estudo e acompanhamento dos impactos do PROUNI na qualidade de vida dos alunos beneficiados, bem como as possibilidades efetivas de mobilidade social de suas famílias.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do número de bolsas do PROUNI existentes na PUC-Rio no período de 2010 a 2014, assim como um balanço de das vagas oferecidas que tiveram utilização. Esses dados indicam que em 2010 foram oferecidas 289 vagas, sendo utilizadas 270 e não utilizadas 44. Para 2014 têm-se 324 vagas com utilização de 292, sendo que não foram utilizadas 35 vagas. Isso significa dizer que 35 bolsas integrais deixaram de ser aproveitadas por alunos oriundos de escolas públicas, ou bolsistas integrais no Ensino Médio, com renda familiar Per Capita bruta de até um Salário Mínimo e meio, que são os critérios básicos para inserção no PROUNI.

Gráfico 2: Evolução de vagas oferecidas pelo PROUNI na PUC-Rio



Fonte: PUC-Rio, Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários,
Controladoria Administrativa-Financeira / Sistema de Gerência Universitário.

Esse panorama informa do ponto de vista quantitativo, a partir de uma primeira aproximação da Coordenação de Bolsas e Auxílios, a presença no PROUNI na PUC-Rio, mas faz-se necessário por um lado, uma análise continuada para o desenho do perfil do aluno “prounista” na PUC-Rio em termos de desempenho acadêmico em relação a alunos não bolsistas, ou beneficiados por outros tipos de bolsa como uma das formas de conhecimento do impacto desse programa governamental na política atual para expansão do acesso ao ensino superior de qualidade no Brasil, e seus possíveis desdobramentos.

Por outro lado, é também importante avaliar os procedimentos estabelecidos pelo MEC a serem cumpridos pelas IES, tanto para a seleção dos candidatos quanto no monitoramento do aluno até a conclusão de sua graduação, assim como as taxas de evasão. Outro aspecto fundamental seria monitorar os níveis de inserção dos bolsistas no mercado de trabalho nas áreas específicas de formação, ou não.

Considerações Finais

Entende-se ser de extrema importância para a consolidação de uma democracia, de fato, a garantia por parte do estado do direito à educação de qualidade, com destinação de recursos que atendam as demandas sociais em todos os níveis educacionais. A oferta de vagas, a estrutura física e justos salários para os professores, desde o Ensino Fundamental são imprescindíveis para a consolidação de um sistema educacional que contribua para a formação de cidadãos capazes de se organizar socialmente para a reivindicação de outros direitos como trabalho, saúde, lazer, conforme assegura a Constituição Federal de 1988.

A partir da experiência na Coordenação de Bolsas e Auxílios da Vice-Reitoria Comunitária/PUC-Rio, percebe-se a necessidade de se analisar com cuidado a história das diversas instituições de Ensino Superior Privado no Brasil que apresentam níveis diferenciados de compromisso social, tendo incentivos fiscais que justificam o investimento estrutural no sistema de ensino, podendo oferecer qualidade para a formação integral dos estudantes. Observa-se na década de 1990 a mercantilização presente nos segmentos do ensino superior, iniciando um processo de desqualificação da formação de nível superior, o que nos causa muita preocupação.

Assim, o desafio de estabelecer uma política interna de inclusão social, a partir da parceria com os Pré-Vestibulares na década de 90, incentivando a participação dos

bolsistas nas variadas formas de organização estudantil contribui para a construção de um contexto de mudanças culturais no interior da Universidade que vem transformando a imagem da PUC-Rio, vista socialmente por muito tempo como a “universidade dos ricos”, podendo ser agora enxergada como um lugar do acolhimento também das classes menos favorecidas. Atualmente, no campus universitário da Gávea é possível perceber a diversidade no colorido das pessoas que transitam pelos variados departamentos e outros espaços comunitários, com maior liberdade e propriedade e sentimento de pertença, o que é fundamental.

Esse ambiente que necessita ser construído e reconstruído no cotidiano da comunidade universitária porque não está fora das tensões sociais de interesses e forças políticas diferenciadas, recebe o PROUNI, com a mesma disposição de conhecer, pelo menos por parte da comunidade PUC-Rio, a nova realidade trazida pelos “novos estudantes”. Pode-se dizer, até agora, que pelo menos uma característica está presente tanto nos bolsistas de Ação Social, como nos bolsistas do PROUNI: o fato de muitos deles serem os primeiros de várias gerações da família a ingressar no Ensino Superior.

Desta maneira, pensa-se ser de grande valia a problematização de questões que inspirem novos estudos críticos o suficiente para identificar os caminhos traçados pelos cidadãos que escolhem a educação como investimento para vida, no tocante as condições sociais de sobrevivência, bem com para a trajetória de realização profissional, que com a crise necessita ser reinventada, criativamente.

Nesse contexto, destaca-se a importância da presença do Serviço Social na Coordenação de Bolsas e Auxílios e sua contribuição para o monitoramento da operacionalização desta política nos espaços privados de ensino superior, tanto para as IES, como para o usuário do PROUNI, conforme Paiva (2016) afirma:

Mesmo com todas as dificuldades em priorizar as análises de políticas que considerem suas complexidades e suas possibilidades efetivas de garantir direitos, não se pode negligenciar sua importância de realização. Priorizar dimensões a serem analisadas ou avaliadas é um bom caminho para os desenhos metodológicos, mas estas dimensões precisam vir complementadas por critérios baseados em valores de equidade, justiça social e cidadania, para que realmente se tenha clareza de como vem ocorrendo a disputa de classes pelo fundo público e principalmente, fortalecer a defesa das transformações nas relações de desigualdades sociais e das relações de poder na sociedade brasileira (PAIVA, 2016, p.35).

No que se refere, especificamente, à equipe de Serviço Social da VRC, recentemente ampliada e com maiores condições no estabelecimento de metas para o

permanente compromisso com a qualidade do serviço prestado aos alunos da PUC-Rio, algumas desafios se colocam no sentido da adequada sistematização da prática, vislumbrando subsídios que fomentem caminhos de pesquisa que, conforme Paiva (2016) e Boschetti (2009) pretendam avaliar em profundidade a implementação, operacionalização e seus desdobramentos para os diversos atores envolvidos na trama de conflitos inerentes ao processo de consolidação de um processo democrático para o acesso e permanência de camadas populares no ensino superior de qualidade, como política pública construída na relação complexa entre Estado e Sociedade.

Apesar de se saber que o mercado formal de trabalho encontra-se cada vez mais restrito, como resultado da crise capitalista mundial, é importante acompanhar a dinâmica nacional em todos os setores, analisando as alternativas brasileiras para ultrapassar os efeitos nocivos da crise que afeta diretamente a garantia dos direitos básicos da população.

Desse modo, avançar no aprofundamento do conhecimento da trajetória dos alunos atendidos pelo PROUNI significa avaliar o ingresso, passando pelo monitoramento de sua permanência e também avaliando os índices de inserção no mercado de trabalho nas áreas de formação, ou fora dela e também as taxas de evasão ao longo da implementação do programa. Desta maneira, abre-se um campo de pesquisa para analisar as alternativas postas na sociedade capitalista através das políticas públicas que se colocam para o enfrentamento dos efeitos dilacerantes do neoliberalismo no Brasil, especialmente para o ensino superior.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro de. **Capitalismo e Socialismo: diálogo entre a Doutrina Social da Igreja e a Teologia da Libertação**. São Paulo, Loyola, 1993.

BITTAR, Mariluce. **Universidade Comunitária: uma identidade em construção**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1999.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Cidadania, um projeto em construção, minorias, justiça e direitos**. São Paulo, Claro Enigma, 2012.

BOSCHETTI, Ivanete. *Avaliação de políticas, programas e projetos sociais*. In: CFESS/ABEPSS (Org). **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1995.

FACEIRA, Lobelia da Silva. **O ProUni como política pública em suas instâncias macroestruturais, meso-institucionais e microssociais: pesquisa sobre a sua implementação pelo MEC e por duas universidades na Região Metropolitana do Rio**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacir. **A educação contra a educação: o esquecimento da educação e a educação permanente**. Prefácio de Paulo Freire. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979

_____. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. São Paulo, Instituto Paulo Freire, 2008.

_____. **Educação integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo, Instituto Paulo Freire, 2009.

_____. *Qualidade na Educação: uma nova abordagem*. In: Prefeitura Municipal de Florianópolis (SC). **Congresso de Educação Básica**. Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, 2013.

JACOUD, Luciana. *Proteção Social no Brasil: debates e desafios*. In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); UNESCO (Org.). **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília, MDS; UNESCO, 2009, p.57-86.

MESZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo, Boitempo, 2005.

MILMAN, Clara. **O aluno bolsista da PUC-Rio: sua visão sobre o programa de Bolsas**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2001.

PAIVA, Andréa Mendonça. **Pastoral da Criança na Arquidiocese do Rio de Janeiro: Estudo exploratório de sua dimensão social**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

PAIVA, Ariane Rego de. *Análise e avaliação de políticas sociais: algumas perspectivas do debate atual. O Social em Questão*. Ano IXI, nº 36 (2016). Rio de Janeiro: PUC-Rio. Departamento de Serviço Social, 1997-2006.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. **Marco Referencial, Estatuto, Regimento e Constituição apostólica *Ex corde ecclesiae***. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2001.

RODRIGUES, Bianca Aguiar Correia. **“Passar é fácil, continuar é que é difícil...”**. A permanência de alunos bolsistas na PUC-Rio. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SALVADOR, Andréia Clapp. **Ação afirmativa no ensino superior: estudo da política de inserção de alunos pobres e negros na PUC-Rio**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, Clarissa Tagliari. **A chegada ao ensino superior: o caso dos bolsistas do ProUni da PUC-Rio**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SPOSATI, Aldaíza. *Modelo de proteção social não contributiva: concepções fundantes*. In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); UNESCO (Org.). **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília, MDS; UNESCO, 2009, pp.13-56.